



PREFEITURA MUNICIPAL DO CONGO

LEI Nº. 128/2014.

Congo, 17 de Dezembro de 2014.

AUTORIZA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM PROCEDER A NEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS, TENDO COMO CREDOR O MUNICÍPIO DE CONGO, CUJO OBJETO SEJA RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS ADVINDOS DE JULGADOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS DE GESTÕES ANTERIORES NÃO ABRANGENDO OS CRÉDITOS ORIUNDOS DA LEI MUNICIPAL Nº 07/2005.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CONGO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município:

A Câmara de Vereadores do Município do Congo, Estado da Paraíba, aprovou e eu Prefeito Constitucional sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar acordos judiciais e/ou extrajudiciais, tendo como credor o Município de Congo, cujo objeto seja recuperação de créditos advindos de julgados judiciais e/ou extrajudiciais de gestões anteriores, não abrangendo com a presente lei os créditos oriundos da Lei Municipal nº 07/2005.

I – Compreendem-se julgados judiciais, os feitos cíveis e/ou administrativos, tramitando em sede do Poder Judiciário, transitados em julgados ou não, cujo objeto do intento seja o ressarcimento aos cofres do Tesouro Municipal de créditos advindos de sentença condenatória que imputem débitos a pessoas físicas e/ou jurídicas.

II – Compreendem-se julgados extrajudiciais aqueles, cujo objeto seja a recuperação de créditos advindos de decisões de Órgãos Administrativos de Fiscalização, que reconheceram e imputaram débitos a pessoas físicas e/ou jurídicas.

Art. 2º. Para a concretização das avenças constantes no artigo anterior, poderá a Administração Pública, para a conveniência e para o devido trato da coisa pública, se utilizar da legislação vigente, especialmente do adimplemento e extinção de obrigações estatuídas no Código Civil Brasileiro, bem como nas cominações e penalidades pelo seu inadimplemento, também constante da legislação civil cogente.

Art. 3º. O procedimento para renegociação e todas as demais questões não previstas ficarão a critério da administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DO CONGO

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congo, 17 de dezembro de 2014.


ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
Prefeito Constitucional
Romualdo A. Quirino de Sousa
Prefeito Constitucional